

Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:		
N.º DE INSCRIÇÃO:		

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2014

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

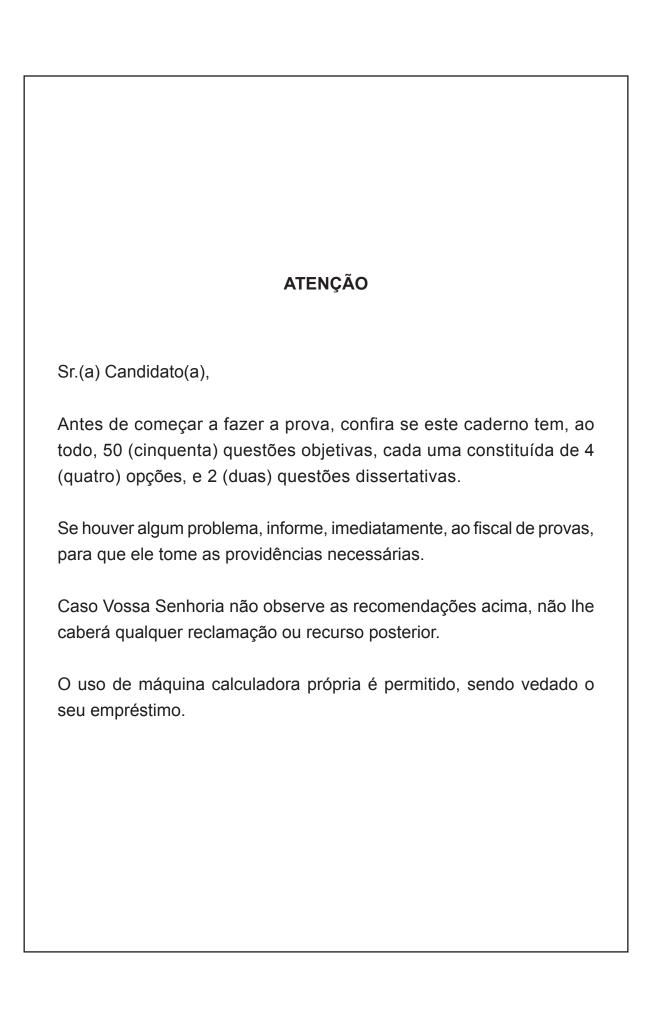
- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas: Use caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado. Assinale somente uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções. Não deixe nenhuma questão sem resposta. As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e as Folhas de Respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.). As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas. Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.

FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO QUANDO DE SUA SAÍDA.

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS



QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. A NBC TA 200 trata das responsabilidades gerais do auditor independente na condução da auditoria das demonstrações contábeis, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, assim como define o objetivo da auditoria. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.
- a) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- b) É responsabilidade do auditor a adequada preparação das demonstrações contábeis. Dessa forma, a administração ou os responsáveis pela governança não possuem responsabilidades sobre a condução dos trabalhos de auditoria e a elaboração das demonstrações contábeis.
- c) O auditor precisa ter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes para emitir sua opinião de forma adequada. Contudo, a asseguração razoável não é um nível absoluto de segurança porque há limitações inerentes em auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião é persuasiva e, não, conclusiva.
- d) O auditor pode ter outras responsabilidades de relatório que não apenas a emissão de sua opinião sobre as demonstrações contábeis e de comunicação perante os usuários, a administração, os responsáveis pela governança ou partes fora da empresa, a respeito dos assuntos decorrentes da auditoria.

2. Acerca do Risco de Auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. A avaliação dos riscos baseia-se em procedimentos de auditoria para a obtenção de informações necessárias para essa finalidade e evidências obtidas ao longo de toda a auditoria. A avaliação dos riscos é antes uma questão de julgamento profissional que uma questão passível de mensuração precisa.
- b) Riscos de distorção relevante no nível geral da demonstração contábil são avaliados para que se determine a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria necessários para a obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- c) Para fins das NBC TAs, o risco de auditoria não inclui o risco de que o auditor possa expressar uma opinião de que as demonstrações contábeis contêm distorção relevante quando esse não é o caso. Esse risco geralmente é insignificante. Além disso, o risco de auditoria é um termo técnico relacionado ao processo de auditoria; ele não se refere aos riscos de negócio do auditor, tais como perda decorrente de litígio, publicidade adversa ou outros eventos surgidos em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis.
- d) Os riscos de distorção relevante podem existir em dois níveis: (1) no nível geral da demonstração contábil; e (2) no nível da afirmação para classes de transações, saldos contábeis e divulgações.

- 3. Assinale a opção que apresenta fatores de risco relacionados a distorções relevantes decorrentes de informação contábil fraudulenta.
- a) Alto nível de competição ou saturação do mercado, acompanhada por declínio da margem de retorno, alta vulnerabilidade a mudanças rápidas, tais como mudanças na tecnologia, na obsolescência de produtos ou nas taxas de juros e declínios significativos na demanda dos clientes e fracassos crescentes dos negócios na indústria ou na economia em geral.
- Segregação inadequada de funções ou de verificações independentes, supervisão geral inadequada dos gastos da alta administração, tais como viagens e outros reembolsos e supervisão geral inadequada pela administração dos empregados responsáveis por ativos.
- c) Conduta que indique desagrado ou insatisfação com a empresa ou o tratamento de seus empregados.
- d) Conduta e estilo de vida da diretoria compatível com a remuneração fixa e variável.
- 4. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual existem dois tipos de trabalhos de asseguração cuja execução é permitida ao auditor independente: trabalho de asseguração razoável e trabalho de asseguração limitada. Dentre as afirmações abaixo que descrevem o objetivo do trabalho do auditor independente, assinale a opção CORRETA.
- a) Asseguração razoável representa o controle do risco do trabalho de asseguração a um nível aceitavelmente adequado, considerando as circunstâncias do trabalho como base para uma forma razoável da opinião para a base de conclusão do auditor independente.
- b) Asseguração limitada refere-se à aplicação de procedimentos visando eliminar o risco de erro no trabalho de asseguração, atingindo um nível que seja aceitável, considerando as circunstâncias do trabalho, mas em que o risco seja maior do que no trabalho de asseguração razoável, como base para uma forma positiva de expressão da conclusão do auditor independente.
- c) Asseguração razoável é reduzir o risco do trabalho de asseguração a um nível aceitavelmente baixo, considerando as circunstâncias do trabalho como base para uma forma positiva de expressão da conclusão do auditor independente.
- d) Asseguração limitada refere-se à aplicação de procedimentos visando reduzir o risco de erro no trabalho de asseguração, atingindo um nível que seja aceitável, considerando as circunstâncias do trabalho, mas em que o risco seja maior ou igual aquele executado no trabalho de asseguração razoável, como base para uma forma negativa de expressão da conclusão do auditor independente.
- 5. A confiabilidade das informações a serem utilizadas como evidência de informações corroborativas obtidas de uma fonte independente da empresa, pode aumentar a segurança que o auditor obtém da evidência de auditoria gerada internamente, tais como a evidência existente em registros contábeis, minutas de reuniões ou representação da administração. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) A confiabilidade da evidência de auditoria é maior quando ela é obtida de fontes independentes fora da empresa.
- b) A confiabilidade da evidência de auditoria gerada internamente é maior quando os controles relacionados, incluindo os controles sobre sua elaboração e manutenção, impostos pela empresa, são efetivos.
- c) A evidência de auditoria obtida indiretamente e/ou por inferência (por exemplo, indagação a respeito da aplicação de controle) é mais confiável do que a evidência de auditoria obtida diretamente pelo auditor (por exemplo, a observação da aplicação de um controle).
- d) A evidência de auditoria fornecida por documentos originais é mais confiável do que a evidência de auditoria fornecida por e-mails, fotocópias ou fax ou por documentos que foram filmados, digitalizados ou transpostos de outra maneira para forma eletrônica, cuja confiabilidade pode depender dos controles sobre sua elaboração e manutenção.

6. Ao planejar e executar os testes de controle é CORRETO afirmar que:

- a) o auditor pode executar como procedimento apenas a indagação para obter evidência de auditoria sobre a efetividade operacional dos controles, uma vez que o auditor parte da premissa que as respostas da administração são corretas e verdadeiras.
- b) o auditor deve testar apenas os controles diretos, ou seja, mesmo que os controles a serem testados dependam de outros controles (controles indiretos), não é necessário obter evidência de auditoria que suporte a operação efetiva desses controles indiretos, já que o que importa é a efetividade dos controles diretos.
- c) o auditor obtém evidência de auditoria sobre a efetividade operacional dos controles durante período intermediário, sendo que o auditor deve obter evidência de auditoria das alterações significativas nesses controles após o período intermediário e determinar a evidência de auditoria adicional a ser obtida para o período remanescente.
- d) o auditor obtém evidência de auditoria sobre o funcionamento sistemático dos controles apenas no período final, não sendo necessário evidências adicionais de auditoria.
- 7. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual, o risco do trabalho de asseguração pode ser representado por componentes de risco. Acerca dos conceitos de alguns tipos de risco associados ao trabalho dos auditores independentes a seguir apresentados, assinale a opção INCORRETA.
- a) Risco da informação é o risco potencial sobre se o objeto contenha distorções, decorrentes dos controles internos e não detectadas pelo auditor independente.
- b) Risco inerente é a suscetibilidade da informação sobre o objeto a uma distorção relevante, pressupondo que não haja controles relacionados.
- c) Risco de controle é o risco de que uma distorção relevante possa ocorrer e não ser evitada, ou detectada e corrigida, em tempo hábil por controles internos relacionados.
- d) Risco de detecção é o risco de que o auditor independente não detecte uma distorção relevante existente.

- 8. Em relação à aceitação do trabalho pelo auditor independente, existem certas condições prévias que são da responsabilidade da administração e/ou dos responsáveis pela governança, que o auditor deve certificar-se antecipadamente à sua contratação. Sobre esse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.
- I. O auditor deve determinar se a estrutura de relatório financeiro a ser aplicada na elaboração das demonstrações contábeis é aceitável.
- II. O auditor deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade pelo controle interno que a administração determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- III. O auditor deve obter a concordância da administração de que ela reconhece e entende sua responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua adequada apresentação.
- IV. O auditor deve ter acesso a todas as informações relevantes de que a administração tem conhecimento para a elaboração das demonstrações contábeis, como registros, documentação e outros assuntos.

Estão certos os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- 9. De acordo com a NBC TA 220 Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o revisor do controle de qualidade do trabalho deve realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e as conclusões atingidas ao elaborar o relatório. Essa avaliação NÃO deve envolver a:
- a) discussão de assuntos significativos com o sócio encarregado do trabalho.
- b) revisão do planejamento da auditoria para mitigar as responsabilidades do sócio encarregado do trabalho e sua execução.
- c) revisão das demonstrações contábeis e do relatório proposto.
- d) revisão da documentação selecionada de auditoria relativa aos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas.
- 10. De acordo com a NBC TA 610 Utilização do Trabalho da Auditoria Interna, para que seja possível a utilização desse trabalho, o auditor independente NÃO deve avaliar os seguintes aspectos da função da auditoria interna:

- a) a extensão na qual a posição hierárquica da auditoria interna na organização e suas políticas e procedimentos propiciam objetividade dos auditores internos.
- b) o nível de competência da função de auditoria interna.
- c) se a função de auditoria interna aplica uma abordagem sistemática e disciplinada, incluindo controle de qualidade.
- d) se a qualificação de todos os profissionais atende o requisito de formação em ciências contábeis.
- 11. A firma de auditoria Beta e Associados foi contratada para auditar as demonstrações contábeis da empresa MTG S.A., em 31 de dezembro de X1. Ao concluir seu trabalho, o sócio responsável pela auditoria reuniu todas as informações com a equipe e a documentação para formar sua opinião e para a emissão do relatório do auditor independente sem modificação. O sócio de auditoria, ao entregar seu relatório para acompanhar as demonstrações contábeis elaboradas pelo cliente e auditadas pelo auditor, foi informado pelo diretor financeiro que a diretoria da empresa, respaldada pelos responsáveis pela governança, não forneceria aos auditores independentes a carta de representações da administração. Em consequência dessa informação, qual deve ser a decisão do sócio da firma de auditoria para emissão do respectivo relatório de auditoria?
- a) Opinião sem modificação.
- b) Opinião adversa.
- c) Abstenção de opinião.
- d) Opinião com ressalva.

12. Compete à Comissão de Valores Mobiliários EXCETO:

- a) exigir que as demonstrações contábeis dos emissores, ou que as informações sobre o empreendimento ou projeto, sejam auditadas por auditor independente nela registrado.
- b) definir a política a ser observada nas Companhias Abertas e no funcionamento do mercado de valores mobiliários.
- c) exigir que os emissores se constituam sob a forma de sociedade anônima.
- d) estabelecer padrões de cláusulas e condições que devam ser adotadas nos títulos ou contratos de investimento, destinados à negociação em bolsa ou balcão, organizado ou não, e recusar a admissão ao mercado da emissão que não satisfaça a esses padrões.
- 13. De acordo com a NBC TA 520 Procedimentos Analíticos, a confiabilidade dos dados é influenciada por sua fonte e natureza e depende das circunstâncias em que foram obtidos. Os aspectos abaixo mencionados são relevantes ao determinar se os dados são confiáveis para a elaboração de procedimentos analíticos substantivos, EXCETO:

- a) apenas informações internas disponíveis apoiadas em afirmações da administração.
- b) comparabilidade das informações disponíveis.
- c) natureza e relevância das informações disponíveis.
- d) controles sobre a elaboração das informações que são planejadas para assegurar sua integridade, precisão e validade.
- 14. Quando o auditor independente avaliar que, pelo volume e relevância das transações com partes relacionadas, divulgadas em Nota Explicativa, são determinantes para decidir que tipo de relatório deve ser emitido acerca desse assunto, assinale a opção que apresenta uma atitude CORRETA do auditor independente.
- a) Emitir relatório adverso, dada a relevância dos valores.
- b) Registrar o fato em seu relatório repetindo o texto da nota explicativa e alterando o parágrafo de opinião.
- c) Incluir em seu relatório parágrafo de ênfase, indicando que a empresa realiza volume relevante de operações com partes relacionadas em condições diferentes as de mercado.
- d) Incluir parágrafo intermediário em seu relatório, devido aos efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
- 15. Conforme NBC TA 570 Continuidade Operacional, a responsabilidade do auditor é obter evidência de auditoria suficiente sobre a adequação do uso, pela administração, do pressuposto de continuidade operacional na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e expressar uma conclusão sobre se existe incerteza significativa no tocante à capacidade de continuidade operacional. Quanto a esse assunto assinale a opção INCORRETA.
- a) O auditor deve permanecer atento, durante toda a auditoria, à evidência de eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional.
- Se não for feita divulgação adequada nas demonstrações contábeis quando identificado o risco de continuidade operacional, o auditor deve incluir um parágrafo de ênfase em seu relatório.
- Ao revisar a avaliação da administração, o auditor deve verificar se essa avaliação inclui todas as informações relevantes que o auditor tomou conhecimento como resultado da auditoria.
- d) O auditor deve revisar e discutir a avaliação com a administração e determinar se a administração identificou eventos ou condições que, individual ou coletivamente, podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e, em caso afirmativo, os planos da administração para tratá-los.

16. ANBC TA 560 - Eventos Subsequentes define a data de aprovação das demonstrações contábeis para fins das normas de auditoria como a primeira data em que as pessoas com autoridade reconhecida determinam que todos os quadros que compõem as demonstrações contábeis, incluindo as Notas Explicativas, foram elaborados e que assumem responsabilidade por essas demonstrações contábeis.

Cronograma de datas:

- 1) Em 10 de fevereiro de X1, o Departamento de Contabilidade (DC) concluiu a minuta das demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de X0.
- 2) Em 12 de fevereiro de X1, o DC entregou minutas das demonstrações contábeis para os Auditores Independentes e para o Comitê de Auditoria.
- 3) Em 17 de fevereiro de X1, a Diretoria examinou as demonstrações financeiras e autorizou a sua emissão final.
- 4) Em 19 de fevereiro de X1, o Comitê de Auditoria se reuniu com o contador e com os auditores independentes e emitiu seu relatório recomendando ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis.
- 5) Em 20 de fevereiro de X1, os auditores independentes concluíram seus exames e emitiram seu relatório nessa data.
- 6) Em 21 de fevereiro X1, os membros do Conselho de Administração aprovaram as demonstrações financeiras a serem divulgadas ao mercado.
- 7) Em 22 de fevereiro de X1, as demonstrações contábeis foram publicadas em jornal de grande circulação e no diário oficial.
- 8) Em 10 de abril de X1, os acionistas aprovaram as demonstrações contábeis em Assembleia Geral Ordinária.

Conforme a NBC TA 560 e com base no cronograma de datas, assinale a opção que apresenta a data de aprovação das demonstrações contábeis.

- a) 10 de fevereiro de X1.
- b) 17 de fevereiro de X1.
- c) 21 de fevereiro de X1.
- d) 10 de abril de X1.

17. Assinale a opção INCORRETA.

- a) Estrutura de relatório financeiro aplicável é aquela adotada pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança na elaboração das demonstrações contábeis, que é aceitável em vista da natureza da empresa e do objetivo das demonstrações contábeis ou que seja exigida por lei ou regulamento.
- Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.

- c) Informação contábil presente é a informação expressa em termos financeiros em relação a uma entidade específica, derivada principalmente do sistema contábil da entidade, a respeito de eventos econômicos ocorridos em períodos passados ou de condições em determinadas datas do passado.
- d) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

18. Assinale a opção CORRETA.

- a) A elaboração das demonstrações contábeis exige que o contador exerça julgamento ao fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias, assim como selecionar e aplicar políticas contábeis apropriadas que melhor atenda aos interesses da administração da empresa.
- A estrutura de relatório financeiro aplicável muitas vezes abrange normas de auditoria estabelecidas por empresa normatizadora autorizada ou reconhecida ou por exigências legislativas ou regulamentares.
- c) A elaboração das demonstrações contábeis, pela administração e, quando apropriado, pelos responsáveis pela governança requer: (1) a identificação da estrutura de relatório financeiro aplicável, no contexto de leis ou regulamentos relevantes; (2) a elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com essa estrutura; e (3) a inclusão de descrição adequada dessa estrutura nas demonstrações contábeis.
- d) As exigências da estrutura de relatório financeiro aplicável não determinam a forma e o conteúdo das demonstrações contábeis.

19. Acerca das características da fraude, assinale a opção CORRETA.

- a) Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor não está preocupado com a fraude nas demonstrações contábeis.
- b) Para o auditor, não há distinção entre fraude e erro sobre as demonstrações contábeis.
- c) O auditor está preocupado com distorções intencionais decorrentes apenas de apropriação indébita de ativos.
- d) As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
- 20. Acerca dos procedimentos de auditoria para tratar dos riscos avaliados de distorção relevante decorrente de fraude, de respostas à avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante resultante de informação financeira fraudulenta, no reconhecimento de receita e de apropriação indevida de ativos, assinale a opção INCORRETA.

- a) É procedimento de auditoria visitar locais ou executar certos testes de surpresa, sem anúncio prévio, observando, por exemplo, o estoque em locais onde a presença do auditor não foi previamente anunciada e efetuando contagem de caixa em data não anunciada, sem anúncio prévio.
- b) É procedimento de auditoria solicitar que os estoques sejam contados no fim do período sob exame ou em data próxima do fim do período para minimizar o risco de manipulação dos saldos no período entre a data da conclusão da contagem e o fim do período e executar procedimentos analíticos substantivos relacionados às receitas usando dados não agregados, por exemplo, comparando a receita relatada por mês e por linha de produto ou segmento de negócio durante o período de reporte corrente com períodos anteriores comparáveis.
- c) É procedimento de auditoria alterar a abordagem da auditoria no ano corrente, em contato, por exemplo, com clientes e fornecedores importantes, verbalmente, e enviando confirmação escrita e solicitações de confirmação a uma parte específica na organização, ou buscando informações adicionais e diferentes.
- d) É procedimento de auditoria executar procedimentos analíticos objetivos relacionados às receitas e despesas, usando dados agregados, como, por exemplo, comparando as receitas e despesas relatadas por mês e por linha de produto ou segmento de negócio durante o período de reporte corrente com períodos anteriores.

21. Com relação à amostragem em auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- b) Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população.
- c) Estratificação é o processo de aglutinar uma população em subpopulações, de um valor monetário definido pelo auditor, para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja diluído pela distorção real na população.
- d) População é o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.
- 22. A seguir, estão apresentados fatores que o auditor pode levar em consideração ao determinar o tamanho da amostra para testes de detalhes. Esses fatores, que precisam ser considerados em conjunto, pressupõem que o auditor não modifica a abordagem aos testes de controles nem de outra forma modifica a natureza ou a época dos procedimentos substantivos em resposta aos riscos avaliados. Com base no fator, o efeito no tamanho da amostra deve ser aumento ou redução.

	FATORES	EFEITO NO TAMANHO DA AMOSTRA	
1.	Aumento no uso de outros procedimentos substantivos direcionados à mesma afirmação	Aumento	Quanto mais o auditor confia em outros procedimentos substantivos (testes de detalhes ou procedimentos analíticos substantivos) para reduzir a um nível aceitável, o risco de detecção relacionado com uma população em particular, menos segurança o auditor precisa da amostragem e, portanto, menor pode ser o tamanho da amostra.
2.	Aumento no nível de segurança desejado pelo auditor de que uma distorção tolerável não é excedida pela distorção real na população	Aumento	Quanto maior o nível de segurança de que o auditor precisa de que os resultados da amostra sejam de fato indicativos do valor real de distorção na população, excedido pela distorção real na população, maior o tamanho da amostra precisa ser.
3.	Aumento na distorção tolerável	Redução	Quanto menor for a distorção tolerável, maior o tamanho da amostra precisa ser.
4.	Estratificação da população, quando apropriada	Aumento	Quando houver uma faixa ampla (variabilidade) no tamanho monetário dos itens da população, pode ser útil estratificar a população. Quando a população pode ser adequadamente estratificada, o conjunto de tamanhos de amostra dos estratos geralmente será menor do que o tamanho da amostra que seria necessário para alcançar certo nível de risco de amostragem se uma amostra tivesse sido retirada de toda a população.
5.	Quantidade de unidades de amostragem na população	Efeito negligenciável	Para populações grandes, o tamanho real da população tem pouco efeito, se houver, no tamanho da amostra. Assim, para pequenas populações, a amostragem de auditoria não é geralmente tão eficiente quanto os meios alternativos para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente. (Entretanto, ao usar a amostragem de unidade monetária, um aumento no valor monetário da população aumenta o tamanho da amostra, a menos que isso seja compensado por um aumento proporcional na materialidade para as demonstrações contábeis como um todo e, se aplicável, nível ou níveis de materialidade para classes específicas de operações, saldos de contas e divulgações).

Com base em tais informações, assinale a opção que apresenta os fatores que o auditor pode levar em consideração ao determinar o tamanho da amostra para testes de detalhes.

- a) Fatores 1, 3 e 5.
- b) Fatores 2, 4 e 5.
- c) Fatores 2, 3 e 5.
- d) Fatores 1, 2 e 3.
- 23. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplica-se frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. No que concerne aos fatores que podem afetar a identificação de referencial apropriado, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.
- I. Os elementos das demonstrações contábeis (por exemplo: ativo, passivo, patrimônio líquido, receita, despesa) podem afetar a identificação de referencial apropriado.
- II. Se há itens que tendem a atrair a atenção dos usuários das demonstrações contábeis da empresa específica (por exemplo: com o objetivo de avaliar o desempenho das operações, os usuários tendem a focar sua atenção em lucro, receita ou patrimônio líquido), isso pode afetar a identificação de referencial apropriado.
- III. A natureza da empresa, a fase do seu ciclo de vida, o seu setor e o ambiente econômico em que atua podem afetar a identificação de referencial apropriado.
- IV. A estrutura societária da empresa e como ela é financiada (por exemplo: se a empresa é financiada somente por dívida em vez de capital próprio, os usuários dão mais importância a informações sobre os ativos, e processos que os envolvam, do que nos resultados da empresa) podem afetar a identificação de referencial apropriado.
- V. A volatilidade relativa do referencial pode afetar a identificação de referencial apropriado.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, V, F, F.
- b) F, F, V, V, V.
- c) V, V, F, V, F.
- d) V, V, V, V, V.

24. Assinale a opção INCORRETA.

- a) Ao estabelecer o planejamento global de auditoria, o auditor não deve determinar as transações relevantes de acordo com a materialidade de execução e avaliação de risco da auditoria para as demonstrações contábeis como um todo. Entretanto deve determinar o nível ou níveis de materialidade a serem aplicados a essas classes específicas de transações, saldos contábeis e divulgações.
- b) O auditor deve determinar a materialidade para a execução da auditoria, com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- c) O auditor deve revisar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo (e, se aplicável, o nível ou níveis de materialidade para classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgação) no caso de tomar conhecimento de informações durante a auditoria que teriam levado o auditor a determinar inicialmente um valor (ou valores) diferente.
- d) Se o auditor concluir que é apropriada a materialidade mais baixa para as demonstrações contábeis tomadas em conjunto (e, se aplicável, o nível ou níveis de materialidade para classes específicas de transações, saldos contábeis ou divulgação) do que inicialmente determinado, o auditor deve determinar se é necessário revisar a materialidade para execução da auditoria e se a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria continuam apropriados.

25. Assinale a opção INCORRETA.

- a) Os objetivos do auditor são: (1) formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões atingidas pela evidência de auditoria obtida; e
 (2) expressar claramente essa opinião por meio de relatório de auditoria por escrito que também descreva a base para a referida opinião.
- b) Para fins das normas de auditoria, demonstrações contábeis para fins gerais são aquelas elaboradas de acordo com uma estrutura de relatório financeiro para fins gerais.
- c) Estrutura de relatório financeiro para fins gerais é a estrutura de relatório financeiro elaborada para satisfazer às necessidades de informações financeiras comuns de uma ampla gama de usuários. A estrutura de relatório financeiro pode ser uma estrutura de apresentação adequada ou uma estrutura de conformidade.
- d) Opinião não modificada ou sem modificações é a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro instituído pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- 26. Considerando que o objetivo do auditor é formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis, com base na avaliação das conclusões atingidas pela evidência de auditoria obtida e expressar, claramente, essa opinião por meio de relatório de auditoria que também descreve a base para a referida opinião, que poderá ser modificada e ou não modificada. Acerca desses assuntos, assinale a opção INCORRETA.

- a) O auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- b) O auditor deve modificar a opinião no seu relatório de auditoria se concluir, com base em evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto apresentam distorções relevantes.
- c) O auditor deve modificar a opinião no seu relatório de auditoria se não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.
- d) O auditor deve se abster de opinar no seu relatório de auditoria se não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes.
- 27. O auditor independente deve executar os procedimentos desenhados para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que todos os eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente, que precisam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis, foram identificados. O auditor independente deve levar em consideração a avaliação de risco para determinar a natureza e a extensão desses procedimentos de auditoria, que devem incluir algumas condições. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.
- I. Considera-se como condição a obtenção de entendimento dos procedimentos estabelecidos pela administração para assegurar que os eventos subsequentes são identificados.
- II. Considera-se como condição a indagação à administração e, quando apropriado, aos responsáveis pela governança sobre a ocorrência de eventos subsequentes que poderiam afetar as demonstrações contábeis.
- III. Considera-se como condição a leitura das atas, se houver, das reuniões dos proprietários (dos acionistas em sociedade anônima), da administração e dos responsáveis pela governança da empresa, realizadas após a data das demonstrações contábeis, e indagação sobre assuntos discutidos nas reuniões das quais as atas ainda não estão disponíveis.
- IV. Considera-se como condição a leitura das últimas demonstrações contábeis intermediárias da empresa, se houver.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II, III e IV.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e IV, apenas.

- 28. São direitos passíveis de serem atribuídos às ações preferenciais:
- 1) Direito a participar de uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, sendo que, desse montante, lhes será garantido um dividendo prioritário de pelo menos 3% do valor do patrimônio líquido da ação e, ainda, o direito de participar de eventual saldo desses lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário.
- 2) Direito de receber dividendos pelo menos 10% maiores que os pagos às ações ordinárias.
- Direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de eventual alienação de controle.

No caso das companhias abertas, que tenham ações negociadas no mercado, as ações preferenciais deverão conferir aos seus titulares:

- a) obrigatoriamente todas as vantagens descritas nos itens 1, 2, e 3.
- b) obrigatoriamente pelos menos uma das vantagens descritas nos itens 1, 2 ou 3.
- c) obrigatoriamente a vantagem descrita no item 2 e mais uma das outras duas vantagens.
- d) obrigatoriamente a vantagem descrita no item 1 e mais uma das outras duas vantagens.
- 29. O valor do investimento, pelo método da equivalência patrimonial, deve considerar o patrimônio líquido da coligada e controlada a ser determinado, com base nas demonstrações contábeis levantadas na mesma data das demonstrações contábeis da investidora. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.
- a) Na impossibilidade do cumprimento ao descrito, admite-se a utilização de demonstrações contábeis da coligada e controlada em um período máximo de defasagem de até 30 (trinta) dias antes da data das demonstrações contábeis da investidora.
- b) Na impossibilidade do cumprimento ao descrito, admite-se a utilização de demonstrações contábeis da coligada e controlada em um período máximo de defasagem de até 60 (sessenta) dias antes da data das demonstrações contábeis da investidora.
- c) Na impossibilidade do cumprimento ao descrito, admite-se a utilização de demonstrações contábeis da coligada e controlada em um período máximo de defasagem de até 90 (noventa) dias antes da data das demonstrações contábeis da investidora.
- d) Não é admitida defasagem entre as datas das Demonstrações Contábeis da controlada e da investidora.
- 30. A Instrução CVM n.º 381/03 dispõe sobre a divulgação, pelas empresas auditadas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Acerca desse assunto, assinale a opção CORRETA.
- a) As empresas auditadas deverão divulgar a política ou procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

- b) O auditor independente deverá divulgar o valor total dos honorários, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.
- c) As informações sobre os serviços prestados pelo auditor independente, que não de auditoria externa, devem ser confirmadas, diretamente, à CVM.
- d) As empresas auditadas deverão divulgar, sempre, o valor total dos honorários contratados, relativos a serviços que não sejam de auditoria.
- 31. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a companhia pode distribuir dividendos intermediários por conta de resultados apurados no exercício, desde que, necessariamente:
- a) levante balanço semestral e tal distribuição seja deliberada pelos órgãos de administração, independente de previsão estatutária.
- b) exista saldo de lucros acumulados ou lucro no exercício em andamento, independente de autorização estatutária.
- c) apure lucro e publique o balanço intermediário.
- d) exista autorização estatutária e os dividendos pagos em cada semestre do exercício não excedam o total das reservas de capital de que trata o § 1º do Art. 182.
- 32. O auditor independente deverá implementar um programa interno de Controle de Qualidade, segundo as diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para atender à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no exercício da prestação de serviço de auditoria nas empresas que atuam no mercado mobiliário. Com base nesse assunto, assinale a opção CORRETA.
- a) O auditor deve avaliar a competência técnico-profissional dos auditores independentes.
- b) O auditor deve desenvolver programa de qualidade, em conjunto com outros auditores independentes ou em convênio com instituição especializada.
- c) O auditor deve garantir o pleno atendimento das normas que regem a atividade de auditoria das Demonstrações Contábeis e das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) O auditor deve eliminar procedimentos inadequados e ineficiências nos trabalhos do auditor independente.
- 33. Considerando as disposições da Deliberação CVM n.º 371/2000, sobre a contabilização de benefícios a empregados, assinale a opção CORRETA.
- a) Benefícios a empregados são todas as formas de remuneração proporcionadas por uma empresa a seus colaboradores ou a seus dependentes em troca dos serviços prestados.
- b) Planos de contribuição definida são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora assume os passivos atuariais.

- c) Planos de benefício definido são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora não assume os passivos atuariais.
- d) Essa deliberação CVM trata também da contabilização de benefícios em ações ou outros instrumentos financeiros equivalentes recebidos de uma empresa por colaboradores e seus dependentes.

34. Com base na Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, assinale a opção CORRETA.

- a) O dividendo mínimo obrigatório de uma sociedade por ações, caso o estatuto seja omisso, será de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de contingências e acrescido da reversão da reserva de contingências que tiver sido realizada.
- b) Nenhuma companhia pode distribuir dividendos em valor inferior ao mínimo obrigatório.
- c) O resultado credor da equivalência patrimonial não é base para a formação da reserva de lucros a realizar.
- d) Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.
- 35. Para fins de registro na categoria de Auditor Independente Pessoa Jurídica, visando ao exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, deverá a empresa de auditoria independente atender a algumas condições regulamentares. Com base no previsto na Instrução CVM n.º 308/99, assinale a opção INCORRETA.
- a) A empresa de auditoria precisa estar inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob a forma de sociedade civil, constituída exclusivamente para prestação de serviços profissionais de auditoria e demais serviços inerentes à profissão de contador e, também, que todos os sócios sejam contadores e que, pelo menos a metade desses, sejam cadastrados como responsáveis técnicos.
- b) A empresa de auditoria precisa estar inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, bem como pelo menos metade dos seus sócios devem estar registrados em Conselho Regional de Contabilidade e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC.
- c) A empresa de auditoria precisa manter escritório profissional legalizado em nome da sociedade, com instalações compatíveis com o exercício da atividade de auditoria independente, em condições que garantam a guarda, a segurança e o sigilo dos documentos e informações decorrentes dessa atividade, bem como a privacidade no relacionamento com seus clientes.
- d) A empresa de auditoria precisa manter quadro permanente de pessoal técnico adequado ao número e porte de seus clientes, com conhecimento constantemente atualizado sobre o ramo de atividade, seus negócios, as práticas contábeis e operacionais.

- 36. Deverá deixar de ser avaliado pelo método de equivalência patrimonial, o investimento em sociedades coligadas e controladas de:
- a) empresa em efetiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam operando sob severas restrições em longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.
- b) empresas com mudança do ramo de atividade de negócios.
- c) empresas com evidência de venda em futuro próximo.
- d) empresas que estão operando sob severas restrições de longo prazo, mas que não prejudica a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.
- 37. O Conselho de Administração é um órgão de natureza colegiada, obrigatório nas companhias abertas. Seus membros devem se reunir e deliberar sobre determinadas matérias definidas em lei e no estatuto social, tais como: eleição dos diretores da companhia, escolha e destituição dos auditores independentes, orientação geral dos negócios e a prestação de garantias, pela companhia, a obrigações de terceiros. Acerca desse assunto, assinale a opção CORRETA.
- a) O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, eleitos pela assembleia-geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer, o número de conselheiros ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do presidente do conselho pela assembleia ou pelo próprio conselho.
- b) O prazo de gestão dos conselheiros que compõem o Conselho de Administração, poderá ser superior a 3 (três) anos, permitida a reeleição.
- c) As normas sobre convocação, instalação e funcionamento do conselho, que deliberará por maioria de votos, não permite que o estatuto estabeleça quorum qualificado para certas deliberações, mesmo que especifique as matérias.
- d) O estatuto poderá prever a participação no Conselho de Administração de representantes dos empregados, escolhidos pelo voto destes, em eleição direta, que não pode ser organizada pela empresa.
- 38. Ameaças à independência da auditoria independente podem ser criadas por ampla gama de relações e circunstâncias. Quando um relacionamento ou circunstância cria uma ameaça, pode comprometer ou pode ser vista como se comprometesse, o cumprimento das normas de contabilidade pelo auditor e/ou empresa de auditoria. Uma circunstância ou relacionamento pode criar mais de uma ameaça que pode afetar o cumprimento de mais de uma norma. São definições de ameaças:
- 1) De interesse próprio é a ameaça de que interesse financeiro ou outro interesse influenciará de forma não apropriada o julgamento ou o comportamento do auditor.
- 2) De autorrevisão é a ameaça de que o auditor não avaliará apropriadamente os resultados de julgamento dado ou serviço prestado anteriormente por ele, ou por outra pessoa da firma dele, nos quais o auditor confiará para formar um julgamento como parte da prestação do serviço atual.

- De defesa de interesse do cliente é a ameaça de que o auditor promoverá ou defenderá a posição de seu cliente a ponto em que a sua objetividade fique comprometida.
- 4) De familiaridade é a ameaça de que, devido ao relacionamento longo ou próximo com o cliente, o auditor tornar-se-á solidário aos interesses dele ou aceitará seu trabalho sem muito questionamento.
- 5) De intimidação é a ameaça de que o auditor será dissuadido de agir objetivamente em decorrência de pressões reais ou aparentes, incluindo tentativas de exercer influência indevida sobre o auditor.

Ao analisar tais definições, assinale a opção CORRETA.

- a) As ameaças à independência da auditoria independente se enquadram em uma ou mais de uma das categorias relacionadas acima.
- b) O item 3 não representa uma ameaça à independência da auditoria independente.
- c) Os itens 2 e 4 não representam uma ameaça à independência da auditoria independente.
- d) O item 5 não representa uma ameaça à independência da auditoria independente.
- 39. Aadministração da Companhia Alfa preparou as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/20X2, apresentando as informações comparativas ao exercício findo em 31/12/20X1. Alguns saldos contábeis apresentados nos Fluxos de Caixa das demonstrações contábeis de 31/12/20X1 foram reclassificados, pelo fato de a administração entender que essas alterações são relevantes. Nesse contexto, as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31/12/20X1:
- a) não devem ser apresentadas, pelo fato das demonstrações contábeis serem referentes ao exercício de 31/12/20X2.
- b) precisam ser apresentadas conforme o relatório emitido no ano anterior referente às demonstrações contábeis em 31/12/20X1.
- c) não precisam ser alteradas, considerando que as reclassificações não são relevantes para os usuários, por estarem relacionadas ao exercício anterior e não ao exercício corrente.
- d) devem ser reclassificadas conforme apresentado em 31/12/20X2 para fins comparativos.
- 40. A realização de trabalhos de auditoria e trabalhos de revisão limitada ou especial exige alguns requisitos de independência por parte das equipes de auditoria, firmas e firmas em rede (NBC PA 290). Durante a execução dos trabalhos de auditoria na Companhia ABC S.A., determinados membros da equipe da XZY Auditores Independentes apresentaram aspectos que poderiam ser considerados como prejudiciais à independência dos trabalhos. Entre os aspectos relacionados aos membros da equipe de auditoria, assinale a opção que NÃO corresponde à transgressão dos requisitos de independência.
- a) A XZY Auditores Independentes possui em seu quadro técnico um sênior que tem como amigo de infância o filho do diretor financeiro da Companhia ABC S.A. Pelo fato de este

- sênior já conhecer e ter um bom relacionamento com o diretor financeiro foi selecionado pelo sócio do projeto para executar os trabalhos no cliente de auditoria. Entende-se que como o sênior não possui qualquer grau de parentesco com o diretor financeiro, este relacionamento não afeta a independência nos trabalhos.
- b) Durante a realização dos trabalhos na Companhia ABC S.A., o pai (familiar imediato) de um dos membros da equipe de auditoria foi contratado para ser o gerente contábil no cliente, passando a ser responsável pela preparação das demonstrações contábeis. No momento da contratação do seu pai pelo cliente, o assistente comunicou aos responsáveis por independência na XZY Auditores Independentes, sendo posteriormente retirado da equipe de auditoria. Considerando ser uma violação involuntária e o fato de a firma de auditoria ter retirado o assistente da equipe, a independência dos trabalhos não foi comprometida.
- c) A Companhia ABC S.A. trocou recentemente a frota de carros utilizados pelos seus diretores. Sempre que a frota é renovada, os carros anteriores são oferecidos com um desconto significativo a seus funcionários. Como alguns veículos não foram de interesse dos funcionários da companhia, o diretor financeiro ofereceu ao gerente responsável pelos trabalhos de auditoria a compra de um dos veículos com o mesmo desconto que seria concedido aos funcionários. O gerente de auditoria adquiriu um dos veículos com desconto, o que não afeta sua independência já que a oferta foi por parte do cliente e não foi ele que solicitou o desconto.
- d) Um dos sócios da XZY Auditores Independentes possui algumas ações da Companhia ABC S.A., porém este sócio não é o principal acionista e, apesar de trabalhar no mesmo escritório que presta os serviços, não possui qualquer envolvimento nos trabalhos de auditoria da Companhia ABC S.A. A firma XZY Auditores Independentes não possui problemas relacionados à independência, pois, além dos aspectos mencionados o sócio acionista na Companhia ABC S.A., não participa de atividades administrativas no cliente.
- 41. A administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança possuem algumas responsabilidades (NBC TA 200) na execução dos trabalhos de auditoria, devendo:
- a) permitir acesso a todas as informações que tenham conhecimento e que sejam relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis tais como: registros, documentação e outros assuntos.
- b) dar acesso restrito às pessoas da empresa, que a administração determine ser necessário obter evidências de auditoria.
- c) elaborar as demonstrações contábeis apresentando apenas as informações que considera importante aos usuários.
- d) estabelecer políticas e procedimentos para fornecer segurança razoável de que a firma de auditoria e seu pessoal cumprem com as exigências éticas relevantes.
- 42. Ao planejar procedimentos adicionais de auditoria a serem realizados, o auditor deve considerar as razões para a avaliação atribuída ao risco de distorção relevante no nível de afirmações para cada classe de transações, saldo de contas e divulgações.

É INCORRETO afirmar que o auditor deve considerar:

- a) a probabilidade de distorção relevante devido às características particulares da classe de transações, saldo de contas ou divulgação relevantes.
- b) que os riscos avaliados podem afetar tanto os tipos de procedimentos de auditoria a serem executados como sua combinação.
- c) a avaliação de risco leva em consideração os controles relevantes, exigindo que o auditor obtenha evidência de auditoria para determinar se os controles estão operando eficazmente.
- d) que os riscos avaliados não afetam os tipos de procedimentos de auditoria a serem executados como sua combinação, uma vez que existe a obrigação de realizar todos os procedimentos padrões independente dos riscos identificados.

43. Com base na NBC TA - Estrutura Conceitual, existe uma série de procedimentos e avaliações a serem definidas durante o decorrer de um trabalho de asseguração razoável ou limitada. Portanto, o auditor independente NÃO deve:

- a) planejar e executar o trabalho de asseguração com atitude de ceticismo profissional para obter evidência apropriada e suficiente sobre se a informação relativa ao objeto está livre de distorções relevantes.
- b) considerar a suficiência como uma medida da qualidade da evidência e adequação como uma medida da quantidade da evidência, isto é, a sua relevância e a sua confiabilidade.
 A qualidade da evidência necessária é afetada pelo risco da informação sobre o objeto conter distorções relevantes e também pela qualidade de tal evidência.
- c) considerar a materialidade, o risco do trabalho de asseguração, a quantidade e a qualidade das evidências disponíveis quando planeja e executa o trabalho, em especial quando determina a natureza, a época ou a extensão dos procedimentos de obtenção de evidência.
- d) planejar e executar o trabalho de asseguração com atitude de ceticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que façam com que a informação sobre o objeto contenha distorções relevantes.

44. Com relação aos procedimentos substantivos em resposta aos riscos significativos, assinale a opção CORRETA.

- a) Os testes de controles são executados para cobertura de um risco significativo identificado de distorção relevante no nível de afirmações, desde que comprovado que estes controles são efetivos, não é necessário realizar procedimentos substantivos.
- b) O auditor determina a necessidade de procedimentos substantivos para abordar um risco significativo, sendo obrigatório realizar testes de detalhes.
- c) O auditor ao determinar que um risco identificado de distorção relevante no nível de afirmações é significativo, ele deve executar procedimentos substantivos que respondam especificamente a esse risco.

d) A abordagem a um risco significativo consiste em procedimentos substantivos, que devem incluir testes de detalhes, mesmo quando realizados outros procedimentos, por exemplo testes de controles.

45. Sobre fontes da evidência de auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) Algumas evidências de auditoria são obtidas pela execução de procedimentos de auditoria para testar os registros contábeis, por exemplo, por meio de análise e revisão, reexecução dos procedimentos seguidos no processo de elaboração das demonstrações contábeis e conciliação de tipos e aplicações relacionadas das mesmas informações.
- b) Geralmente obtém-se mais segurança com evidência de auditoria consistente obtida a partir de fontes e/ou de natureza semelhantes, do que a partir de itens de evidência de auditoria considerados em conjunto.
- c) Informações corroborativas obtidas de uma fonte independente da empresa podem aumentar a segurança que o auditor obtém da evidência de auditoria gerada internamente, tais como a evidência existente em registros contábeis, minutas de reuniões ou representação da administração.
- d) Entre as informações de fontes independentes da empresa que o auditor pode usar como evidência de auditoria, consta: confirmações de terceiros, relatórios de analistas de mercado e dados comparáveis sobre concorrentes.

46. Qual das afirmativas abaixo refere-se à definição do procedimento de reexecução?

- a) Consiste no exame do processo ou procedimento executado por outros, por exemplo, a observação pelo auditor da contagem do estoque pelos empregados da empresa ou da execução de atividades de controle.
- b) Consiste na verificação da exatidão matemática de documentos ou registros. O recálculo pode ser realizado manual ou eletronicamente.
- c) Consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, financeiro e não financeiro, dentro ou fora da empresa.
- d) Envolve a execução independente pelo auditor de procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da empresa.
- 47. Os auditores independentes que executam trabalhos de asseguração no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem cumprir a norma NBC TA Estrutura Conceitual e as normas técnicas aplicáveis (NBCs TA, TR e TO) e, além dessas responsabilidades, são disciplinados de acordo como seguintes princípios e normas profissionais:
- a) Código de Ética Profissional do Contabilista (CFC), NBC PA 01 Controle de Qualidade para Firmas Pessoas Físicas ou Jurídicas de auditores independentes e disposições técnico e profissionais da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- b) Código de Ética Profissional do Contabilista (CFC), Norma do Controle de Qualidade (NBC PA 01 Controle de Qualidade para Firmas Pessoas Físicas ou Jurídicas de auditores independentes), disposições técnico e profissionais da Comissão de Valores Mobiliários e Código de Ética do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil IBRACON.
- c) Código de Ética Profissional do Contabilista (CFC), Norma do Controle de Qualidade (NBC PA 01 Controle de Qualidade para Firmas Pessoas Físicas ou Jurídicas de auditores independentes), disposições técnico, profissionais da Comissão de Valores Mobiliários, Código de Ética do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil IBRACON e normas de supervisão de auditores do Banco Central do Brasil.
- d) Código de Ética Profissional do Contabilista (CFC) e NBC PA 01 Controle de Qualidade para Firmas Pessoas Físicas ou Jurídicas de auditores independentes.

48. Assinale à opção INCORRETA.

- a) A amostragem de auditoria permite que o auditor obtenha e avalie a evidência de auditoria em relação a algumas características dos itens selecionados de modo a concluir ou ajudar a concluir sobre a população da qual a amostra é retirada. A amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística como a estatística.
- b) Ao considerar as características da população da qual a amostra será extraída, o auditor pode determinar que a estratificação ou a seleção com base em valores é apropriada.
- c) A decisão quanto ao uso de abordagem de amostragem estatística ou não estatística é uma questão técnica e objetiva, entretanto, o tamanho da amostra não é um critério válido para distinguir entre as abordagens estatísticas e não estatísticas.
- d) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- 49. O auditor deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável e, para tanto, o auditor deve, EXCETO:
- a) concluir se os trabalhos foram executados de acordo com o planejamento prévio, se a materialidade definida foi observada pela equipe e se o trabalho foi aprovado pelo controle de qualidade interno.
- concluir se obteve segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.
- c) concluir se foi obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente.
- d) concluir se as distorções não corrigidas são relevantes, individualmente ou em conjunto.

- 50. A utilização do mesmo pessoal sênior em trabalho de auditoria por período de tempo prolongado cria ameaças de familiaridade e de interesse próprio. A importância das ameaças depende de fatores como:
- por quanto tempo a pessoa tem sido membro da equipe de auditoria;
- papel da pessoa na equipe de auditoria;
- estrutura da firma;
- natureza do trabalho de auditoria;
- se a equipe gerencial do cliente foi alterada;
- se a natureza ou a complexidade dos assuntos contábeis e de relatório do cliente mudou.

NÃO é considerado exemplo de salvaguarda às ameaças acima relacionadas:

- a) rotação do pessoal sênior na equipe de auditoria.
- b) revisão, por outro auditor, que era membro da equipe de auditoria do trabalho do pessoal sênior.
- c) revisões de qualidade interna independentes e regulares do trabalho.
- d) revisões de qualidade externa independentes e regulares do trabalho.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Comente os procedimentos de confirmação externa utilizados pelo auditor independente como base de obtenção de evidência de auditoria relevante e confiável.
- 52. No exercício da auditoria, o auditor não teve condições de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre as informações financeiras de um investimento conjunto que representa mais de 90% do patrimônio líquido da empresa. Os possíveis efeitos dessa impossibilidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente são considerados relevantes e generalizados para as demonstrações contábeis. Diante dessa situação, justifique e elabore o relatório dos auditores independentes adequado para a situação, escrevendo o parágrafo base da opinião e o parágrafo de opinião.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Esta página não deverá ser destacada **RASCUNHO**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

Esta página não deverá ser destacada **RASCUNHO**

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	Α	В	С	D			Α	В	С	D
01						26				
02						27				
03						28				
04						29				
05						30				
06						31				
07						32				
08						33				
09						34				
10						35				
11						36				
12						37				
13						38				
14						39				
15						40				
16						41				
17						42				
18						43				
19						44				
20						45				
21						46				
22						47				
23						48				
24						49				
25				\Box		50	\Box	\Box		